

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022



Vale do São Bartolomeu  
Transmissora de Energia

## Índice

### Demonstrações contábeis regulatórias

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	3
Balanço patrimonial .....	6
Demonstrações dos resultados dos exercícios.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	11

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Vale do São Bartolomeu Energia S/A - VSB**

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

---

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias da **Vale do São Bartolomeu Energia S/A** (“Companhia” ou “VSB”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Vale do São Bartolomeu Energia S/A** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

### Base de opinião

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

---

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de preparação e apresentação dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

### Outros Assuntos - Demonstrações contábeis societárias

---

A Companhia preparou um conjunto de Demonstrações Contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório

financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 20 de fevereiro de 2023.

## **Responsabilidades da Diretoria e do Conselho de Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

---

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pelo Conselho de Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

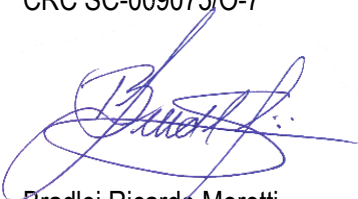
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 14 de abril de 2023.

**Berkan Auditores Independentes S.S.**

CRC SC-009075/O-7



Bradley Ricardo Moretti

Sócio Responsável Técnico

Contador CRC SC-023618/O-6

**Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.**

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Valores expressos em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.487	7.558
Concessionárias e Permissionárias	5	5.403	4.380
Impostos a recuperar	6	229	229
Despesas antecipadas		76	73
Outros créditos		58	52
		<b>12.253</b>	<b>12.292</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Fundos vinculados	7	7.236	12.287
Imobilizado	8	332.004	345.133
Intangível	8	16.709	16.711
		<b>355.949</b>	<b>374.131</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>368.202</b>	<b>386.423</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores		45	505
Empréstimos e financiamentos	9	25.188	24.362
Obrigações sociais e trabalhistas		388	350
Obrigações tributárias	11	1.308	1.479
Taxas Regulamentares		530	350
Provisões diversas		5.673	6.687
Outras obrigações		26	30
		<b>33.158</b>	<b>33.763</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	-	25.148
Parcelamento tributário	11	-	119
		<b>-</b>	<b>25.267</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12	284.173	284.173
Reserva legal		10.958	8.819
Reserva especial		30.602	48.835
Reserva de retenção de lucros		139.805	96.908
Prejuízos acumulados		(130.494)	(111.342)
		<b>335.044</b>	<b>327.393</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>368.202</b>	<b>386.423</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.**

Demonstração do resultado do exercício

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Valores expressos em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita líquida / Ingresso líquido	13	<u>46.499</u>	<u>40.874</u>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>			
Custo operacional e manutenção	14	(19.529)	(18.642)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<u>26.970</u>	<u>22.232</u>
<b>Custos gerenciáveis parcela "B"</b>			
Pessoal	15	(552)	(515)
Serviços de terceiros	16	(450)	(446)
Tributos		(270)	(15)
Arrendamentos e aluguéis		(5)	(7)
Seguros		(3)	(3)
Depreciação		(9)	(19)
Amortização		-	(2)
Doações		(7)	
Outras receitas operacionais		-	48
<b>Total</b>		<u>(1.296)</u>	<u>(959)</u>
<b>Resultado da Atividade</b>		<u>25.674</u>	<u>21.273</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras		1.691	682
Despesas financeiras		(1.527)	(2.307)
<b>Total</b>		<u>164</u>	<u>(1.625)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>25.838</u>	<u>19.648</u>
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>		(2.187)	(1.555)
<b>Lucro do exercício</b>		<u>23.651</u>	<u>18.093</u>
<b>Quantidade de ações</b>		<u>284.173</u>	<u>284.173</u>
<b>Lucro por ação</b>		<u>0,0832</u>	<u>0,0637</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.**

Demonstração dos resultados abrangentes

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

*Valores expressos em milhares de reais*

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro do exercício	23.651	18.093
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>23.651</u></b>	<b><u>18.093</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



**Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Valores expressos em milhares de reais

	Reservas de lucros				Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>284.173</b>	<b>7.375</b>	<b>96.908</b>	<b>21.405</b>	<b>(100.561)</b>	<b>309.300</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	18.093	18.093
<u>Destinação do resultado do exercício</u>						
- Reserva legal	-	1.444	-	-	(1.444)	-
- Reserva especial de lucros	-	-	-	27.430	(27.430)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>284.173</b>	<b>8.819</b>	<b>96.908</b>	<b>48.835</b>	<b>(111.342)</b>	<b>327.393</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	23.651	23.651
Distribuição de dividendos	-	-	-	(16.000)	-	(16.000)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	12.399	(12.399)	-	-
<u>Destinação do resultado do exercício</u>						
- Reserva legal	-	2.139	-	-	(2.139)	-
- Reserva especial	-	-	-	10.166	(10.166)	-
- Reserva de retenção de lucros	-	-	30.498	-	(30.498)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>284.173</b>	<b>10.958</b>	<b>139.805</b>	<b>30.602</b>	<b>(130.494)</b>	<b>335.044</b>

(\*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 18. As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Valores expressos em milhares de reais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>23.651</b>	<b>18.093</b>
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização	13.131	13.049
Juros sobre empréstimos	1.306	2.141
	<b>38.088</b>	<b>33.283</b>
<b>Varição nos saldos de ativos e passivos</b>	<b>(2.582)</b>	<b>4.908</b>
Redução/(aumento) de concessionárias e permissionárias	(1.023)	146
Redução/(aumento) de impostos a recuperar	-	5
Redução/(aumento) de despesas antecipadas	(3)	(4)
Redução/(aumento) de outras contas a receber	(6)	108
Aumento/(redução) de fornecedores	(460)	225
Aumento/(redução) de obrigações sociais e trabalhistas	38	(137)
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	(171)	(823)
Aumento/(redução) de outras obrigações	(957)	5.388
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>35.506</b>	<b>38.191</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Resgates (aplicações) de fundos vinculados	5.051	(307)
Aquisições de imobilizado	-	(6.431)
Aquisições de intangível	-	(968)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>40.557</b>	<b>30.485</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de juros em empréstimos	(1.343)	(2.177)
Pagamento principal em empréstimos	(24.285)	(23.451)
Dividendos pagos	(16.000)	-
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>(41.628)</b>	<b>(25.628)</b>
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.071)</b>	<b>4.857</b>
Caixa e equivalentes no início do período	7.558	2.701
Caixa e equivalentes no fim do período	6.487	7.558
	<b>(1.071)</b>	<b>4.857</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

## 1. Contexto Operacional

A Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (“VSB” ou “Companhia”), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 1º de agosto de 2013 e está estabelecida Praia Botafogo, nº 501, andar 1 Bloco A, CEP 22.250-040 Botafogo, Rio de Janeiro, RJ.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE e tem por objeto social implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica no Estado de Goiás e no Distrito Federal, relativas ao Lote B do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2013.

Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

### 1.1. Da concessão

Em 12 de julho de 2013, o Consórcio Vale do São Bartolomeu foi declarado vencedor do Leilão público nº 2/2013, realizado na Bolsa de valores de São Paulo para aquisição da concessão de transmissão de Energia Elétrica referente ao Lote B.

Em 9 de outubro de 2013, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 014/2013 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

O Lote B é formado pela SE Brasília Leste 500/138 kV - 720 MVA e LT 500 kV Luziânia - Brasília Leste (C1); pela SE Brasília Leste 500/138 kV 540 MVA e LT 500 kV Luziânia - Brasília Leste (C2); com extensão aproximada de 67Km cada LT (conjuntamente C1-C2) pela linha de transmissão em 345 kV, com extensão aproximada de 14 km, com origem na subestação Samambaia e término na subestação Brasília Sul (C3-A); pela linha de transmissão subterrânea em 230kV, com extensão aproximada de 13,5 km, com origem na subestação Brasília Sul e término na subestação Brasília Geral (C3-S); pela subestação Brasília Leste, em 500/V3-138/V3-13,8 KV, 1260 MVA; entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, telecomunicação, comando, controle, administração e apoio, todas no estado de Goiás e no Distrito Federal.

Em 06 de maio de 2016 entrou em operação o trecho C3-A. Em 21 de abril de 2017, o trecho C3-S e em 05 de fevereiro de 2018, o trecho C1 e C2 (LT Luziânia – Brasília Leste e 2º banco de transformadores 500/138 kV de 180 MVA).

O valor da RAP reajustada para o ciclo 2022/2023 conforme Nota Técnica nº 102/2022 – SGT/ANEEL, de 05/07/2022 é de R\$ 47.247. O reajuste no novo ciclo representou um aumento de 11,73% na RAP anual comparada ao ciclo 2021/2022.

### 1.2. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

## **Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (“VSB” ou “Companhia”) está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 13 de abril de 2023.

### **2.2. Base de mensuração**

## **Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

### **2.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

## **3. Principais práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### **3.1 Imobilizado e Intangível**

*Imobilizado em curso:* Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

*Imobilizado em serviço:* Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2022. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

*Intangível:* Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção.

### 3.2 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser emitidos de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

#### 3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

31/12/2022

31/12/2021

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Banco conta movimento e fundos de caixa	5.644	372
Aplicações financeiras equivalentes de caixa	843	7.186
<b>Total</b>	<b>6.487</b>	<b>7.558</b>

As disponibilidades financeiras estão aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, na modalidade de Certificados de Depósitos Bancários – CDB, cujo rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de 100% (cem por cento), para da média de fechamento diário do Certificado de Depósito Interbancário – CDI Over, e possuem liquidez diária. A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira.

### 5. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionárias e permissionárias	5.403	4.380
	<b>5.403</b>	<b>4.380</b>

Refere-se à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação da ONS – Operador Nacional do Sistema;

	<u>Vencidas</u>	<u>Vencidas Até 30 dias</u>	<u>Vencidas Até 60 dias</u>	<u>Vencidas Até 90 dias</u>	<u>Vencidas Acima de 91 dias</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Total</b>	4.276	720	80	29	298	<b>5.403</b>	<b>4.380</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

### 6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IR Retido de clientes	1	1
CSLL retido de clientes	4	4
CSLL a compensar	20	20
PIS retido de clientes	3	3
Cofins retido de clientes	13	13
Imposto de renda retido na fonte	166	166
PIS a compensar	2	2
Cofins a compensar	20	20
	<b>229</b>	<b>229</b>

### 7. Fundos vinculados

<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
-------------------	-------------------

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Aplicação CEF reserva	7.236	12.287
	<u>7.236</u>	<u>12.287</u>

Valor depositado em garantia referente ao contratado com a Caixa Econômica Federal no âmbito da Linha de Financiamento para Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA Equipamentos, assinado em 30/12/2013.

### 8. Imobilizado e Intangível

A composição do imobilizado é como segue:

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>	
	Taxa depreciação	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Transmissão</b>					
Terrenos	-	1.387	-	1.387	1.387
Edificações	3,33%	35.673	(6.242)	29.431	30.623
Máquinas e equipamentos	16,33%	362.173	(61.276)	300.897	312.812
Móveis e utensílios	6,25%	278	(70)	208	222
<b>Administração</b>					
Edificações	3,33%	5	(1)	4	4
Máquinas e equipamentos	16,33%	64	(64)	-	-
Móveis e utensílios	6,25%	136	(59)	77	85
<b>Total</b>		<u>399.716</u>	<u>(67.712)</u>	<u>332.004</u>	<u>345.133</u>

A composição do intangível é como segue:

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>	
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
<b>Transmissão</b>					
Servidões	16.709	-	16.709	16.709	
Softwares	7	(7)	-	2	
<b>Administração</b>					
Softwares	38	(38)	-	-	
<b>Total</b>	<u>16.754</u>	<u>(45)</u>	<u>16.709</u>	<u>16.711</u>	



## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)	Depreciação Acumulada	31/12/2022	31/12/2021
<b>Transmissão</b>	<b>345.044</b>	-		<b>345.044</b>		<b>(13.121)</b>	<b>331.923</b>	<b>345.133</b>
Terrenos	1.387			1.387	-	-	1.387	1.387
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	30.623	-		30.623	-	(1.192)	29.431	30.623
Máquinas e Equipamentos	312.812	-		312.812	-	(11.915)	300.897	312.812
Móveis e Utensílios	222	-		222	-	(14)	208	222
					-			
<b>Administração</b>	<b>89</b>	-		<b>89</b>	-	<b>(8)</b>	<b>81</b>	<b>89</b>
Edificações	4			4		-	4	4
Máquinas e Equipamentos	-	-		-	-	-	-	0
Móveis e Utensílios	85	-		85	-	(8)	77	85
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>345.133</b>	-		<b>345.133</b>	-	<b>(13.129)</b>	<b>332.004</b>	<b>345.133</b>

A composição do intangível é como segue:

Intangível	31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	31/12/2022	Adições Líquidas = (A)-(B)	Amortização Acumulada	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>								
<b>Transmissão</b>	<b>16.710</b>	-	-	<b>16.710</b>	-	<b>(1)</b>	<b>16.709</b>	<b>16.710</b>
Servidões	16.709	-	-	16.709	-	-	16.709	16.709
Software	1	-	-	1	-	(1)	-	1
<b>Administração</b>	<b>1</b>	-	-	<b>1</b>	-	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Software	1	-	-	1	-	(1)	-	1
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>16.711</b>	-	-	<b>16.711</b>	-	<b>(2)</b>	<b>16.709</b>	<b>16.711</b>

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

### 8.1 Principais taxas do Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2022			2021
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão	4,06%	361.754	(13.121)	348.633	361.754
Administração	7,56%	90	(8)	82	90
		<b>361.844</b>	<b>(13.129)</b>	<b>348.715</b>	<b>361.844</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n. 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 9. Empréstimos

### a) Composição

	31.12.2022			
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Empréstimo BNDES</b>				
CEF - 425.604-97	3,5% a.a.	25.188	-	25.188
		<b>25.188</b>	<b>-</b>	<b>25.188</b>

Juros de	Principal de	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Tipo de Garantia	Indexador	Vencimento		Frequência
Curto Prazo	Curto Prazo						Final		
39	25.148	-	25.188	Sim	Recebíveis	CDI	15/12/2023	Mensal	

### b) Detalhamento

Financiamento no total R\$ 157.211, contratado com a Caixa Econômica Federal no âmbito da Linha de Financiamento para Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA Equipamentos, assinado em 30/12/2013. O financiamento tem carência de 36 meses para o principal, contados da data de assinatura do contrato, e amortização em 84 meses ao fim do período de carência, na modalidade Tabela Price. A taxa de juros para todo o contrato é de 3,5% a.a., pré-fixada.

As principais garantias para o contrato incluem:

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

- Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios oriundos da RAP (Receita Anual Permitida) em conta específica (conta centralizadora) na Caixa Econômica Federal;
- Alienação Fiduciária de 100% das ações da companhia;
- Constituição de Conta Reserva no montante equivalente à 3 parcelas do financiamento;
- Constituição de Conta Reserva Especial;
- ESA (*Equity Support Agreement*) até o *Completion* Financeiro do projeto;
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD na relação mínima de 1,2 vez considerando o saldo da Conta Reserva Especial e; 1,0 vez excluindo o saldo da Conta Reserva Especial.

### c) Movimentação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>49.510</b>	<b>72.997</b>
Pagamento de principal	(24.285)	(23.451)
Pagamento de juros	(1.343)	(2.177)
Juros incorridos no período	1.306	2.141
<b>Saldo Final</b>	<b>25.188</b>	<b>49.510</b>

### d) Covenants

O contrato contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras e índice de cobertura do capital próprio, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*Covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e operacionais.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas informações contábeis anuais. O ICSD deverá ser calculado a partir do ano subsequente ao da entrada em operação comercial.

A Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants* em 31 de dezembro de 2022.

## 10. Ativos Financeiros

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	Principal Curto Prazo	Principal Longo Prazo	Total	Principal Curto Prazo	Principal Longo Prazo	Total
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>6.487</b>	<b>7.236</b>	<b>13.723</b>	<b>7.558</b>	<b>12.287</b>	<b>19.845</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6.487	-	6.487	7.558	-	7.558

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Fundos vinculados	-	7.236	7.236	-	12.287	12.287
-------------------	---	-------	-------	---	--------	--------

### 10.1 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 31/12/2022	Total 31/12/2021
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>39</b>	<b>25.149</b>	<b>-</b>	<b>25.188</b>	<b>49.510</b>
Empréstimo Moeda Nacional					
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(6.487)</b>	<b>(7.236)</b>	<b>(13.723)</b>	<b>(19.845)</b>
Alta Liquidez	-	(6.487)	(7.236)	(13.723)	(19.845)
<b>(+) Dívida Líquida</b>	<b>39</b>	<b>18.662</b>	<b>(7.236)</b>	<b>11.465</b>	<b>29.665</b>

### 11. Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
PIS a recolher	59	22
COFINS a recolher	272	103
Imposto de renda retido na fonte	6	6
Imposto de renda	314	198
Contribuição Social	226	138
CSLL/PIS/COFINS retido na fonte	16	15
ISS a recolher	8	7
INSS retido de fornecedor	101	100
ICMS a recolher	165	168
Parcelamento INSS	130	711
Outros	11	11
<b>Total Circulante</b>	<b>1.308</b>	<b>1.479</b>
Parcelamento INSS	-	119
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>119</b>
<b>Total Obrigações Tributárias</b>	<b>1.308</b>	<b>1.598</b>

### 12. Patrimônio líquido

#### a) Capital social:

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2022 é representado somente por ações ordinárias:

31/12/2022 e 31/12/2021

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão	144.929	144.929	51%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	110.827	110.827	39%
CELG Geração e Transmissão S.A.	28.417	28.417	10%
	<b>284.173</b>	<b>284.173</b>	<b>100%</b>

### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta conta é de R\$ 10.958 (R\$ 8.819 em 31 de dezembro de 2021).

### c) Reserva especial

Após a constituição da reserva legal, o lucro líquido do exercício foi destinado 25% para reserva especial. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo desta conta é de R\$ 30.602 (R\$ 48.835 em 31 de dezembro de 2021).

### d) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Esta decisão é tomada posteriormente em AGO, pois é necessário verificar a saúde financeira da companhia para que possa ser feita a distribuição de dividendos. Conforme deliberado na Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27/04/2022, os acionistas facultam ao Conselho de Administração a possibilidade de deliberar, ao longo do exercício social de 2022, acerca do pagamento dos dividendos obrigatórios, condicionado à disponibilidade de caixa da Sociedade.

Diante do exposto, foi deliberado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de abril de 2022 a distribuição de dividendos entre os acionistas da Cia no valor total de R\$10.000, e em 20 de dezembro em ARCA o Conselho aprovou por unanimidade, sem ressalvas a distribuição de dividendos entre os acionistas da Companhia), no valor total de R\$6.000.

## 13. Receita operacional bruta e líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Permitida	49.527	43.108
(-) Parcela Variável	(448)	(89)
<b>Receita Bruta</b>	<b>49.079</b>	<b>43.019</b>
Programa de Integração Social - PIS	(346)	(282)
Contribuição para Financiamento da	(1.596)	(1.296)

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Seguridade Social - COFINS		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(467)	(409)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(171)	(158)
<b>Receita líquida</b>	<b>46.499</b>	<b>40.874</b>

### 13.1. Reajuste Tarifário Anual

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida no leilão da concessão, tendo os acionistas da Companhia ofertado um deságio de 11,63% sobre a RAP teto, resultando no valor de R\$ 27.400, valor histórico da data do leilão. A RAP é corrigida anualmente, pelo IPCA no mês de julho, referente à atualização do indexador entre os meses de maio do ano anterior e maio do ano corrente à atualização, nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão.

O valor da RAP reajustada para o ciclo 2022/2023 conforme Nota Técnica nº 102/2022 – SGT/ANEEL, de 05/07/2022 é de R\$ 47.247. O reajuste no novo ciclo representou um aumento de 11,73% na RAP anual.

Além disso, a revisão tarifaria ocorre dentro de um prazo de cinco anos, a última foi em 2019 e a próxima será em 2024.

### 14. Custo operacional e manutenção

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Materiais	(623)	(232)
Serviços de terceiros	(5.391)	(5.206)
Arrendamento e aluguéis	(23)	(2)
Seguros	(148)	(140)
Provisões	(209)	-
Doações, contribuições e subvenções	(16)	(17)
Tributos	-	(17)
Depreciação e Amortização	(13.119)	(13.031)
Recuperação de despesas	-	3
	<b>(19.529)</b>	<b>(18.642)</b>

<sup>1</sup>serviços contratados pela Companhia tais como, auditoria, serviços jurídicos, consultoria de engenharia, limpeza e segurança, etc.

### 15. Pessoal e Administradores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Honorários Diretores e Conselheiros	(488)	(378)
Encargos	(23)	(97)
Outros	(41)	(40)
	<b>(552)</b>	<b>(515)</b>

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### 16. Serviços de terceiros

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Consultoria Administrativa	(435)	(418)
Consultoria de T.I.	(11)	(11)
Hospedagem e passagens aéreas	(1)	-
Comunicação	(1)	(2)
Publicações Legais	(2)	(15)
	<u>(450)</u>	<u>(446)</u>

### 17. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### 17.1 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

##### Gestão de risco financeiro

##### *Fatores de risco financeiro*

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O conselho de administração é o responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

##### (a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros; b) risco cambial; e c) risco de preço relativo às suas ações.

##### (b) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

##### (c) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

### (d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela diretoria da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevantes.

### (e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. É notório que até a entrada de operação das linhas de transmissão e suas subestações, haverá a necessidade de aportes financeiros para manutenção das obrigações de operação da Companhia.

### (f) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício de 2022.

### *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez. Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

## 17.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e



## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

### *Instrumentos financeiros por categoria e nível de mensuração*

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Nível	Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras		842	7.186	842	7.186
Fundos vinculados	2	7.236	12.287	7.236	12.287
		<b>8.078</b>	<b>19.473</b>	<b>8.078</b>	<b>19.473</b>
<b>Custo amortizado</b>					
Fundo fixo e bancos conta movimento	2	5.644	372	5.644	372
Contas a receber	2	5.403	4.380	5.403	4.380
		<b>11.047</b>	<b>4.752</b>	<b>11.047</b>	<b>4.752</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		45	505	45	505
Empréstimos e financiamentos	2	25.188	49.510	25.188	49.510
		<b>25.233</b>	<b>50.015</b>	<b>25.233</b>	<b>50.015</b>

## 18. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

## 18. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação de reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2021</u>
	Regulatório	Variação	Societário	Regulatório	Variação	Societário
<b>Ativo</b>						
<b>Ativo circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	6.487	-	6.487	7.558	-	7.558
Concessionárias e Permissionárias	5.403	-	5.403	4.380	-	4.380
Impostos a recuperar	229	190	39	229	190	39
Despesas antecipadas	76	-	76	73	-	73
Ativo contratual da concessão	-	(39.947)	39.947	-	(37.494)	37.494
Outros créditos	58	-	58	52	-	52
	<b>12.253</b>	<b>(39.757)</b>	<b>52.010</b>	<b>12.292</b>	<b>(37.304)</b>	<b>49.596</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
Fundos vinculados	7.236	-	7.236	12.287	-	12.287
Ativo contratual da concessão	-	(439.358)	439.358	-	(435.781)	435.781
Imobilizado	332.004	331.923	81	345.133	345.043	90
Intangível	16.709	16.709	-	16.711	16.711	-
	<b>355.949</b>	<b>(90.726)</b>	<b>446.675</b>	<b>374.131</b>	<b>(74.027)</b>	<b>448.158</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>368.202</b>	<b>(130.483)</b>	<b>498.685</b>	<b>386.423</b>	<b>(111.331)</b>	<b>497.754</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Passivo circulante</b>						
Fornecedores	45	-	45	505	-	505
Empréstimos e financiamentos	25.188	-	25.188	24.362	-	24.362
Obrigações sociais e trabalhistas	388	-	388	350	-	350
Obrigações tributárias	1.308	11	1.297	1.479	11	1.468
Taxas regulamentares	530	-	530	350	-	350
Outras obrigações	5.699	-	5.699	6.717	-	6.717
	<b>33.158</b>	<b>11</b>	<b>33.147</b>	<b>33.763</b>	<b>11</b>	<b>33.752</b>
<b>Passivo não circulante</b>	-	-	-	<b>25.267</b>	-	<b>25.267</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	284.173	-	284.173	284.173	-	284.173
Reserva legal	10.958	-	10.958	8.819	-	8.819
Reserva especial	43.001	12.399	30.602	48.835	-	48.835
Reserva de Lucros a Realizar	(3.088)	(142.893)	139.805	(14.434)	(111.342)	96.908
	<b>335.044</b>	<b>(130.494)</b>	<b>465.538</b>	<b>327.393</b>	<b>(111.342)</b>	<b>438.735</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>368.202</b>	<b>(130.483)</b>	<b>498.685</b>	<b>386.423</b>	<b>(111.331)</b>	<b>497.754</b>

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022 Regulatório	Variação	31/12/2022 Societário	31/12/2021 Regulatório	Variação	31/12/2021 Societário
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>46.499</b>	<b>(6.033)</b>	<b>52.532</b>	<b>40.874</b>	<b>1.627</b>	<b>39.247</b>
<b>Custo da operação</b>						
Custo de construção	-	-	-	-	7.399	(7.399)
Materiais	(623)	-	(623)	(232)	-	(232)
Serviços de terceiros	(5.391)	-	(5.391)	(5.206)	-	(5.206)
Arrendamentos e aluguéis	(23)	-	(23)	(2)	-	(2)
Seguros	(148)	-	(148)	(140)	-	(140)
Doações, contribuições e subvenções	(16)	-	(16)	(17)	-	(17)
Tributos	-	-	-	(17)	-	(17)
Provisão para contingências	(209)	-	(209)	-	-	-
Depreciação e amortização	(13.119)	(13.119)	-	(13.031)	(13.031)	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	3	-	3
Outros ajustes societários	-	-	-	-	(6.776)	6.776
	<b>(19.529)</b>	<b>(13.119)</b>	<b>(6.410)</b>	<b>(18.642)</b>	<b>(12.408)</b>	<b>(6.234)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>26.970</b>	<b>(19.152)</b>	<b>46.122</b>	<b>22.232</b>	<b>(10.781)</b>	<b>33.013</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(1.296)</b>	<b>-</b>	<b>(1.296)</b>	<b>(959)</b>	<b>-</b>	<b>(959)</b>
<b>Resultado bruto</b>	<b>25.674</b>	<b>(19.152)</b>	<b>44.826</b>	<b>21.273</b>	<b>(10.781)</b>	<b>32.054</b>
Resultado financeiro, líquido	164	-	164	(1.625)	-	(1.625)
<b>Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>25.838</b>	<b>(19.152)</b>	<b>44.990</b>	<b>19.648</b>	<b>(10.781)</b>	<b>30.429</b>
IRPJ e CSLL corrente	(2.187)	-	(2.187)	(1.555)	-	(1.555)
<b>Lucro/Prejuízo líquido do período</b>	<b>23.651</b>	<b>(19.152)</b>	<b>42.803</b>	<b>18.093</b>	<b>(10.781)</b>	<b>28.874</b>

## **Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Valores expressos em milhares de reais)*

### **(a) Ativo contratual de concessão**

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e IPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Ativo de Concessão – contratual – A Companhia classificou seu ativo de concessão como ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual origina da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém, o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) atualizado pela taxa que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto, e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculada a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

### **(b) Imobilizado e intangível**

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

## Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo contratual. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

### (c) Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo contratual, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

### (d) Custo de construção

Os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção que corresponde aos valores imobilizados em curso.

### (e) Depreciação e amortização

Os ajustes nesta rubrica são decorrentes dos custos de depreciação e amortização dos ativos de transmissão, na contabilidade regulatória, considerados como ativos financeiros na contabilidade societária.

## 18.1 Conciliação do Patrimônio Líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Patrimônio líquido societário</b>	465.538	438.735
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Efeitos da aplicação CPC 47 (IFRS 15)	(117.375)	(98.311)
Depreciação	(13.119)	(13.031)
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<u><u>335.044</u></u>	<u><u>327.393</u></u>

## 18.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Lucro(prejuízo) líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>42.803</b>	<b>28.874</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(6.033)	1.627
Custo de construção	-	7.399
Depreciação-reavaliação regulatória compulsória	(13.119)	(13.031)
Outros ajustes societários	-	(6.776)
<b>Lucro (prejuízo) líquido regulatório</b>	<u><u>23.651</u></u>	<u><u>18.093</u></u>

## **Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

### **19. Eventos subsequentes**

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

#### **DIRETORIA EXECUTIVA**

**Oreste Junior Trombetta**

Diretor Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro

**Antonio Dirceu Guimarães Machado**

Diretor Técnico

#### **RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Luana Pacheco**

Contadora CRC-SC: SC-043160/O-0